

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Inquérito Civil nº 06.2019.00004959-0

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua Promotora de Justiça em exercício na 4ª Promotoria de Justiça de Concórdia, doravante denominada **COMPROMITENTE**, e de outro lado **FÁTIMA MARIA DA ROSA**, brasileira, viúva, agricultara, filha de Nicanor da Rosa e Angelina da Rosa, titular do RG n. 2.136.112 e CPF n. 019.016.659-25, residente e domiciliada na Linha Lajeado Crescêncio, interior do Município de Concórdia, doravante designada **COMPROMISSÁRIA** nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00004959- autorizados pelos artigos 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 127, *caput*, e 129, III, da Constituição da República; arts. 25, IV, "a" e "b", e 26, I, ambos da Lei n. 8.625/93; arts. 90, VI, "b", 91, I e 92, todos da Lei Complementar Estadual n. 738/2019; assim como o Ato n. 395/2018/PGJ;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, CF);

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, CRFB/88);

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

CONSIDERANDO que meio ambiente é "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas" (art. 3º, I, da Lei 6.938/81), e que poluição é "a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos" (inciso III);

CONSIDERANDO que "A proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável e, por objetivos específicos, a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social" (art. 6º, *caput*, da Lei n. 11.428/2006);

CONSIDERANDO que "Na proteção e na utilização do Bioma Mata Atlântica, serão observados os princípios da função socioambiental da propriedade, da equidade intergeracional, da prevenção, da precaução, do usuário-pagador, da transparência das informações e atos, da gestão democrática, da celeridade procedimental, da gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno produtor rural e às populações tradicionais e do respeito ao direito de propriedade" (art. 6º, parágrafo único, da Lei n. 11.428/2006);

CONSIDERANDO a função socioambiental da propriedade prevista nos artigos 5º, XXIII, 170, VI, 182, § 2º, 186, II, e 225, todos da Constituição da República;

CONSIDERANDO que o direito de propriedade será exercido com as limitações que a legislação estabelece, ficando os proprietários ou posseiros obrigados a respeitar as normas e regulamentos administrativos;

CONSIDERANDO o dever legal *propter rem* do proprietário ou do possuidor de recuperar as áreas de preservação permanente irregularmente suprimidas ou ocupadas;

CONSIDERANDO que este Órgão de Execução ofereceu denúncia contra Fátima Maria da Rosa pelo crime tipificado no art. 38-A, *caput*, c/c artigo 15, II, "a", ambos da Lei n. 9.605/1998 (Autos n. 0900107-55.2019.8.24.0019) e não foi possível oferecer a composição prévia dos danos ambientais;

CONSIDERANDO que o presente Inquérito Civil objetiva a recuperação da área degradada por Fátima Maria da Rosa, em virtude da destruição 0,97 hectare de vegetação secundária do Bioma Mata Atlântica, sem autorização do órgão ambiental competente, conforme Notícia de Infração Penal Ambiental - NIPA n. 004/201;

CONSIDERANDO que a representada exerce a atividade agrícola de subsistência, sem comprovação de outra renda, razão pela qual é considerada pessoa hipossuficiente economicamente, razão pela qual a compensação ambiental deve ser reduzida;

RESOLVEM, nos termos do art. 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85, celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com as cláusulas e as condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª - Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adoção de medidas reparatórias e indenizatórias em relação ao dano ambiental praticado pela Compromissária no imóvel localizado na Localidade de Lajeado Crescêncio, no Município de Concórdia, matriculado sob o número 9.722, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia, pela supressão de 0,97 ha de vegetação secundária do Bioma Mata Atlântica, sem a devida autorização ambiental.

DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula 2ª - A Compromissária se compromete a reparar os danos causados ambientais causados, mediante a elaboração de Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, por profissional habilitado, a ser apresentado no prazo de 60 dias à Polícia Militar Ambiental de Concórdia, para aprovação.

Parágrafo primeiro: o cumprimento de eventuais alterações no PRAD, caso indeferido pela Polícia Militar Ambiental, sujeitando-o novamente à aprovação no prazo máximo de 60 dias, contados da ciência do indeferimento;

Parágrafo segundo: o início da execução do PRAD deverá ocorrer no prazo de 30 dias, após a ciência de seu deferimento pela Polícia Militar Ambiental, devendo cumpri-lo integralmente.

Clausula 3ª: Como forma de compensação pelo dano ambiental, a Compromissária se compromete a pagar o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a ser pago em 10 (dez) prestações de R\$ 50,00 (cinquenta reais) cada, vencendo-se a primeira 15/12/2019 e as demais nos meses subsequentes, a serem depositadas na conta da Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Arabutã, com os seguintes dados: Conta Corrente n. 26324-9, Banco n. 756 – Banco Cooperativo do Brasil S/A - Bancoob, Agência n. 3067, CNPJ n. 83.507.509/0001-52.

DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 4ª: Em caso de descumprimento das condições e prazo de composição ambiental prévia, a Compromissária pagará multa diária no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), que deverá ser reajustada mensalmente pelo INPC ou índice equivalente, a ser recolhida ao Fundo de Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, previsto no art. 13 da Lei n. 7.347/85 e criado pelo Decreto Estadual n. 1.047/87.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula 5ª: A fiscalização das cláusulas do presente acordo será realizado pelo Compromitente quando esgotados os prazos anteriormente previstos ou quando se fizer necessário.

Cláusula 6ª: Este termo de compromisso de ajustamento de conduta não inibe ou impede que o comprometente exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa do meio ambiente ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste termo;

ADITAMENTO

Cláusula 7ª: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objeto o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

DA POSTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cláusula 8ª: O Ministério Público Estadual se compromete a não ajuizar ação civil pública de responsabilidade por dano ambiental em desfavor do Compromissário, por conta dos fatos que são objetos do Inquérito Civil n. 06.2019.00004959-0, caso o presente ajuste seja devidamente cumprido, não abrangida a responsabilização penal da Compromissária, cuja denúncia foi oferecida por este Órgão de Execução nos Autos n. 0900099-78-2019.8.24.0019, em tramitação na Vara Criminal de Concórdia.

DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA

Cláusula 9ª: O presente termo de ajustamento de conduta entrará em vigor na data de sua assinatura, com eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 e art. 784, inciso XII, do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015), sendo que o arquivamento do Inquérito Civil n. 06.2019.00004959-0 será submetida à apreciação do Conselho Superior do

Ministério Público, conforme determina o § 3º do art. 9º da Lei n. 7.347/85 .

DO FORO

Cláusula 10ª: Elegem o compromissário e o Ministério Público do Estado de Santa Catarina o foro da Comarca de Concórdia para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos oriundos do presente termo.

CIÊNCIA DO ARQUIVAMENTO

Cláusula 11ª: Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação aos signatários, e a promoção, submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o § 3º do artigo 9º da Lei nº 7.347/85.

E, por estarem assim compromissados, firmam este termo em 2 vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

Concórdia/SC, 1º de novembro de 2019.

MARIANA MOCELIN

Promotora de Justiça Substituta

FÁTIMA MARIA DA ROSA

Compromissária